



ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA E TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL¹

BOTARELLI, Geane Izabel Bento – PUC-SP²

¹ Artigo traz reflexões parciais de tese de doutorado em desenvolvimento no programa Educação: História, Política, Sociedade (PUC-SP), sob orientações do Prof. Dr. Odair Sass.

² Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. geanebotarelli@gmail.com.

RESUMO

A presente pesquisa, vinculada ao doutorado em Educação, analisa criticamente os avanços e recuos do ensino da língua portuguesa em Cursos Técnicos e de Aprendizagem Industrial ofertados pelo SENAI-SP, no período de 1996 a 2024. O estudo observa que as disciplinas de Língua Portuguesa sofreram alterações de nomenclatura, organização curricular, estrutura e conteúdo, influenciadas por regulamentações legais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) e a Lei nº 14.945/2024, que impactaram diretamente a formação profissional. Os dados analisados permitem inferir que o ensino da língua materna tem gradualmente cedido espaço ao ensino de aparatos tecnológicos, o que enfraquece a aprendizagem da base linguística e compromete a formação crítica em um contexto social marcado por mudanças rápidas e intensas. Nesse sentido, a tecnologia revela-se ambígua: ao mesmo tempo em que se constitui como ferramenta pedagógica potente para a inovação, pode conduzir a uma perigosa terceirização do pensamento, sobretudo com a crescente presença de sistemas de inteligência artificial, reduzindo a autonomia intelectual e a capacidade de reflexão dos sujeitos em formação. A fundamentação teórica pauta-se na Teoria Crítica da Sociedade, que evidencia as tensões entre a formação profissional voltada ao mercado e a constituição integral do indivíduo, e nas contribuições de Vigotski sobre linguagem, pensamento e sentidos da palavra, que permitem situar o ensino da língua em seu contexto histórico-cultural. Nesse sentido, o trabalho busca contribuir para o debate acerca dos desafios e potencialidades do uso de novas tecnologias no trabalho pedagógico, problematizando seus impactos na constituição da criticidade e apontando caminhos para práticas educativas inovadoras que articulem perspectivas históricas, epistemológicas e culturais em favor de uma educação ética, humanizadora e transformadora.

Palavras-chave: formação profissional; língua portuguesa; tecnologia.

1. INTRODUÇÃO

A educação profissional, historicamente orientada para atender às demandas da indústria, integra metodologias, linguagens e dispositivos tecnológicos na formação dos estudantes, um movimento impulsionado no Brasil pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e pelas recentes alterações da Lei nº 14.945/2024.

Nesse contexto, observa-se no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de São Paulo (SENAI-SP), instituição referência na formação técnica brasileira, uma reestruturação contínua dos componentes curriculares, incluindo aqueles destinados ao ensino da língua portuguesa. A hipótese desta pesquisa aponta que, ao longo tempo, o ensino da língua materna foi gradualmente cedendo espaço ao ensino de aparatos tecnológicos, o que reduz a atenção dada ao desenvolvimento linguístico, à cultura escrita e ao pensamento crítico. Essa mudança, embora justificável pela necessidade de atualização tecnológica, pode comprometer o caráter humanizador e reflexivo da educação, sobretudo em um mundo em que as tecnologias digitais passam a mediar processos cognitivos e comunicativos.

O objetivo deste trabalho é analisar como a disciplina de língua portuguesa foi configurada no SENAI-SP entre 1996 e 2024, identificando deslocamentos conceituais, terminológicos e pedagógicos. Busca-se discutir como tais mudanças repercutem na formação crítica dos estudantes e no papel da linguagem como mediadora do pensamento, tomando como base teórica os estudos de Vigotski sobre pensamento e palavra, e da Teoria Crítica da Sociedade, especialmente Marcuse (2015), acerca da racionalidade unidimensional no capitalismo avançado, que tende a reduzir a formação humana à funcionalidade técnica, articulando esse referencial a uma abordagem documental sustentada na análise de conteúdo proposta por Bardin. Nessa direção, a pesquisa busca compreender, a partir dos documentos institucionais, como determinadas escolhas curriculares e discursivas refletem concepções de sujeito, trabalho e conhecimento na educação profissional, bem como suas implicações para a construção da autonomia intelectual em um contexto educacional marcado pela expansão das tecnologias digitais.

2. LINGUAGEM COMO MEDIAÇÃO E FORMAÇÃO CRÍTICA: BASES TEÓRICAS E MÉTODO

Esta pesquisa fundamenta-se em três referenciais principais. Em primeiro lugar, a teoria histórico-cultural de Vigotski, especialmente no que diz respeito à relação entre linguagem e pensamento. Para o autor, a palavra é síntese social e cognitiva que permite ao sujeito apropriar-se da realidade e transformá-la simbolicamente. O autor afirma que “o pensamento não se exprime na palavra, mas nela se realiza” (Vigotski, 2001, p. 409), evidenciando que o domínio da linguagem constitui condição para o desenvolvimento intelectual e não mero instrumento comunicativo.

Em segundo lugar, recorre-se à Teoria Crítica da Sociedade, com destaque para Herbert Marcuse (2015) e sua reflexão sobre o “homem unidimensional”. Marcuse argumenta que a racionalidade técnico-instrumental tende a consolidar formas de pensamento funcional, adaptativo e acrítico, alinhadas às demandas do sistema produtivo. Tal lógica pode reduzir a educação a treinamento operacional, esvaziando sua dimensão emancipadora.

Por fim, a metodologia de análise adotada segue Bardin (2016), por meio de procedimentos de leitura sistemática, categorização e interpretação de documentos institucionais. O material analisado foi documento intitulado *Plano de Curso* do SENAI-SP, especificamente da área da mecânica, entre 1996 e 2024, período representativo do recorte investigado. Para esta pesquisa,

serão analisados os planos de 2013, 2017 e 2022.

A escolha do corpus documental justifica-se pelo fato de esses documentos expressarem concepções educacionais, prioridades curriculares e expectativas formativas. Ao observar alterações terminológicas, de carga horária e de objetivos, é possível compreender como a instituição vem redefinindo o papel da linguagem na formação profissional.

3. QUANDO A LINGUAGEM CEDE ESPAÇO À TÉCNICA: RESULTADOS E LEITURA CRÍTICA

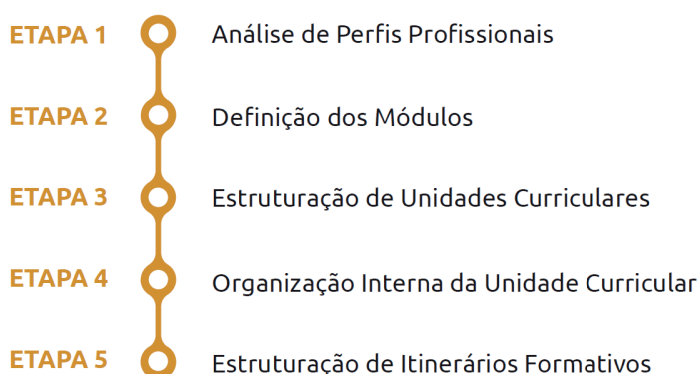
O documento escolhido como objeto de estudo e fonte para este artigo é o *Plano de curso*. Para definir um curso que será oferecido em suas escolas, são organizados os Comitês Técnicos Setoriais, formados por especialistas e professores do SENAI, profissionais de empresas, representantes dos sindicatos patronais e dos trabalhadores, pessoa indicada por associação ou órgão de classe, profissional do meio acadêmico e indivíduo do poder público. Esses discutem e determinam o perfil do profissional pretendido quando o indivíduo concluir o curso. Depois de várias etapas, são definidas as competências necessárias, o que estabelecerá o Desenho Curricular.

O Desenho Curricular é o resultado do processo de definição e organização dos elementos que compõem o currículo e que devem propiciar o desenvolvimento das capacidades demandadas pelo mundo do trabalho. Esse processo, ao traduzir pedagogicamente as competências de um Perfil Profissional, realiza a transposição das informações do mundo do trabalho para o mundo da educação e corresponde à segunda fase da Metodologia SENAI de Educação Profissional. O Desenho Curricular pode ser elaborado considerando uma ocupação ou um conjunto de ocupações de uma mesma área/segmento tecnológico (SENAI, 2019, p. 47).

A figura 1, a seguir, mostra as etapas da organização do desenho curricular.

Figura 1 - Etapas de elaboração do desenho curricular

ETAPAS DE ELABORAÇÃO DE DESENHOS CURRICULARES



Fonte: SENAI, 2019, p. 51.

A etapa 1, *Análise de Perfis Profissionais*, tem sua relevância pelo impacto nas demais fases. Consiste na

na transposição ou na tradução pedagógica das informações do mundo do trabalho para o mundo da educação [...] e traz competências profissionais, estabelecendo, com clareza e precisão, quais as potencialidades e os desempenhos a serem desenvolvidos na formação do Aluno por intermédio dos processos de ensino e de aprendizagem e que serão monitorados pelos processos de avaliação (SENAI, 2019, p. 51).

A etapa 2, *Definição de Módulos*, consiste em agrupar e estabelecer etapas nas quais são estabelecidos aspectos relacionados a competências gerais e específicas. Não há limites para a quantidade de módulos de um curso.

A etapa 3, *Estruturação de Unidades Curriculares*, constitui-se das disciplinas que compõem o currículo de cada curso. Segundo o documento *Metodologia SENAI de Educação Profissional*, a Unidade Curricular é

a unidade pedagógica que compõe o currículo, devendo ser constituída numa visão interdisciplinar, considerando um conjunto coerente e significativo de capacidades básicas e/ou capacidades técnicas, acrescido de capacidades socioemocionais e de conhecimentos. A definição das unidades curriculares é realizada a partir dos resultados da etapa de Análise de Perfil Profissional e das especificidades de cada subfunção, podendo constituir-se como básicas, introdutórias ou específicas. Para definir as unidades curriculares básicas e/ou introdutórias, devem ser consideradas as capacidades básicas e socioemocionais oriundas da etapa de Análise de Perfil Profissional, agrupadas por similaridade e por contiguidade, preservado o princípio da interdisciplinaridade. Na definição das unidades curriculares específicas, devem ser consideradas as capacidades técnicas e socioemocionais oriundas da etapa de Análise de Perfil Profissional, agrupadas por uma ou mais subfunções. Como forma de assegurar a ideia de unidade e de processo, as capacidades técnicas geradas a partir dos padrões de desempenho de uma mesma subfunção devem integrar a mesma unidade curricular (SENAI, 2019, p. 69).

A etapa 4, *Organização Interna da Unidade Curricular*, consiste em estabelecer as capacidades e conhecimentos que serão trabalhadas pelo docente. Servem de subsídio direto para elaboração do *Plano de Ensino*, que é um documento desenvolvido pelo professor para a execução de suas aulas.

Apresenta os conteúdos formativos (capacidades básicas, capacidades técnicas, capacidades socioemocionais e conhecimentos), de forma a permitir a identificação clara da relação destes com o Perfil Profissional da ocupação. Apresenta, ainda, o objetivo geral, a carga horária, as informações de acessibilidade e a infraestrutura necessária ao desenvolvimento dos conteúdos formativos. [...] Também são informados os conhecimentos relacionados a essas capacidades, descritos de forma a apresentar os grandes temas que dão o contorno e os limites da unidade curricular. No entanto, para saber qual a amplitude e profundidade com que devem ser desenvolvidos, o foco deve ser o Perfil Profissional e os objetos e contextos descritos nas capacidades básicas, técnicas e socioemocionais (SENAI, 2019, p.v71).

Por fim, a etapa 5, *Estruturação de Itinerários Formativos*, representam as possibilidades de formação profissional em diversas modalidades. Em alguns casos, é necessário realizar um curso que se torna pré-requisito para continuidade em outro curso. O SENAI define *Itinerário Formativo* como

um conjunto de etapas, trajetórias, possibilidades e arranjos que compõem a organização curricular da Educação Profissional e Tecnológica para o atendimento das demandas de formação em determinada área tecnológica. [...] O propósito da organização da Educação Profissional na forma de Itinerários Formativos carrega em si a ideia de permitir que o Aluno planeje a sua carreira profissional em uma perspectiva de formação continuada, perpassando diferentes níveis e diferentes modalidades de Educação Profissional. O objetivo é o desenvolvimento gradativo das competências requeridas pelo mundo do trabalho, facultando ao Aluno a escolha dos caminhos que deseja percorrer em sua trajetória de formação profissional (SENAI, 2019, p. 79).

O desenvolvimento dessas etapas resulta em um documento, atualmente conhecido como *Plano de Curso*, no qual encontram-se organizadas essas informações. Dentro deste documento, está a *Organização Interna da Unidade Curricular*, em que são elencadas as capacidades e conhecimentos que devem ser ensinadas aos estudantes. Por essa razão, a seguir, esta análise terá como foco parte desta organização curricular: nome da unidade curricular; objetivo; capacidade / fundamento científico de comunicação; e capacidade / fundamento científico de escrita.

3.1 Análise da *Organização Interna da Unidade Curricular*

Para este trabalho, foi analisada a *Organização Interna da Unidade Curricular* dos *Planos de Curso* dos anos 2003, 2017 e 2022. Os documentos analisados revelam que, ao longo dos anos, o ensino da língua portuguesa sofreu mudanças estruturais importantes. Em 2003, o componente curricular *Comunicação Oral e Escrita* tinha como foco o desenvolvimento de fundamentos técnicos e científicos relacionados à leitura, interpretação e elaboração de textos, incluindo apresentações orais. Tal formulação demonstrava claro vínculo entre linguagem e compreensão dos conteúdos técnicos. Havia reconhecimento de que a comunicação não se restringia à transmissão de informações, mas envolvia compreensão conceitual e capacidade argumentativa.

Em 2017, o mesmo componente manteve o foco na comunicação oral e escrita, mas passou a contemplar também capacidades socioemocionais, com ampliação da carga horária. Isso sugere que a linguagem exercia papel central na constituição do sujeito social e na convivência profissional. Todavia, Marcuse alerta que, nas sociedades avançadas, o sujeito tende a ser moldado para funcionar de modo integrado e acrítico, de modo a perpetuar “[...] a harmonia preestabelecida entre o comportamento organizado e o comportamento espontâneo, o pensamento pré-condicionado e o pensamento livre, a conveniência e a convicção” (Marcuse, 2015, p. 81-82). Assim, a ênfase em atributos como adaptação, resiliência e colaboração pode, sob o discurso da formação integral, operar como mecanismo de conformação comportamental, neutralizando conflito, divergência e resistência. Em vez de promover emancipação, corre-se o risco de reforçar uma subjetividade ajustada às demandas do sistema produtivo, anulando a potência crítica da linguagem e do pensamento.

No documento de 2022 há uma alteração significativa: o componente passa a se chamar

Comunicação em Multimeios, deslocando o foco para capacidades digitais e habilidades básicas de expressão em plataformas virtuais. Embora coerente com as transformações tecnológicas recentes, tal mudança reduz a centralidade da linguagem como estrutura do pensamento e da vida social. Conforme Vigotski (2001, p. 497), ‘o significado da palavra é, ao mesmo tempo, um fenômeno intelectual e verbal: é intelectual enquanto verbal, e é verbal enquanto intelectual’. Reduzir a linguagem a segundo plano, priorizando a técnica, acarreta uma limitação na complexidade do raciocínio (desenvolvimento cognitivo) e das relações humanas (interação social).

A seguir, apresenta-se o Quadro 1 e uma leitura interpretativa, considerando-o como corpus documental submetido à análise de conteúdo (Bardin, 2016). Tal procedimento possibilita identificar não apenas elementos explícitos nos textos curriculares, mas também sentidos implícitos, silenciamentos e deslocamentos conceituais que atravessam a formação profissional no período observado. Dessa forma, o quadro não é tomado apenas como registro técnico de mudanças institucionais, mas como produção discursiva que expressa concepções de linguagem, de sujeito e de trabalho, destacando tensões entre formação crítica e adaptação funcional. A análise das categorias destacadas: anos de vigência; objetivos; carga horária; e capacidades / fundamento técnicos, permite compreender como a centralidade da linguagem vai sendo reconfigurada à luz das demandas tecnológicas e produtivas, evidenciando transformações na relação entre palavra, pensamento e técnica no âmbito do SENAI-SP.

Quadro 1 – Análise da Organização Interna da Unidade Curricular

Partes dos planos analisadas	Anos que passaram a vigorar		
	2003*	2017	2022
Objetivos	-	Desenvolver os fundamentos técnicos e científicos relativos à leitura e interpretação de textos, assim como à redação e realização de apresentações orais em português. Da mesma forma, desenvolverá as capacidades sociais, organizativas e metodológicas inerentes aos diferentes contextos profissionais da mecânica.	Desenvolver capacidades básicas e socioemocionais para promover a comunicação em diversos meios, desenvolvendo as capacidades de interpretar e elaborar textos orais e escritos, de acordo com o contexto
Carga horária	45h Fundamentos técnicos e científicos	75h Fundamentos técnicos e científicos	45h Capacidades
Quanto à comunicação	1. Comunicar-se com clareza e precisão, oralmente e por escrito	5. Comunicar-se oralmente e por escrito, inclusive em meio eletrônico	4. Comunicar-se por meios digitais com clientes internos e externos

Quanto à escrita	2. Elaborar comunicados	4. Elaborar relatórios técnicos, inclusive em meio eletrônico	5. Elaborar textos em meios digitais
------------------	-------------------------	---	--------------------------------------

*Não havia “objetivo” mencionado para a unidade curricular.

Fonte: Quadro elaborado pela autora, com base nos Planos de Curso do SENAI-SP. Grifos nossos.

A sequência temporal evidencia três momentos de reorganização curricular: 2003, 2017 e 2022, revelando uma trajetória que acompanha transformações nas políticas educacionais e no discurso pedagógico. A análise categorial (Bardin, 2016) permite observar que cada marco temporal não apenas atualiza conteúdos, mas **reformula concepções de formação humana e técnica**. A passagem de uma concepção sustentada nos *fundamentos técnicos e científicos* para o predomínio de *capacidades* e posteriormente *capacidades básicas e socioemocionais* indica deslocamento discursivo significativo. Mais do que evolução terminológica, trata-se de uma mudança de finalidade educativa: de aprofundamento conceitual e linguístico para operacionalização comunicativa e adequação comportamental. Essa transformação dialoga com o alerta de Marcuse (2015), para quem a educação pode ser cooptada por lógicas de funcionalidade, produzindo sujeitos que respondem às demandas produtivas sem questioná-las.

Em 2003, não há um objetivo geral. Mas o ensino da comunicação compreendia *desenvolver os fundamentos técnicos e científicos relativos à leitura e interpretação de textos*, construção de *redação* e realização de *apresentações orais*. Essa formulação dialoga com Vigotski (2001), para quem a palavra constitui forma de consciência e instrumento de generalização, pois “a palavra é, antes de tudo, um meio de consciência e de generalização. Cada palavra já é uma generalização e, portanto, o reflexo da realidade na consciência humana” (p. 178). Assim, quando a linguagem é concebida como fundamento da compreensão e da ação técnica, reconhece-se seu papel estruturante na formação intelectual e profissional do estudante.

Em 2017, o foco se amplia para *capacidades básicas e socioemocionais*, mantendo o eixo de interpretação e elaboração de textos. Contudo, sob a ótica crítica, essa mudança desloca a linguagem de dimensão epistêmica e reflexiva para uma abordagem psicocomportamental. Embora pareça avanço no discurso da integralidade, opera como dispositivo de alinhamento subjetivo às exigências laborais contemporâneas. De acordo com Marcuse (2015), as sociedades tecnificadas tendem a alcançar a harmonia entre o indivíduo e a sociedade por meio do controle dos comportamentos e das necessidades, o que sugere que o discurso socioemocional pode favorecer formas de conformidade produtiva.

Já em 2022, o objetivo centra-se em *promover a comunicação em diversos meios*, evidenciando uma orientação funcional e instrumental da linguagem. A ênfase desloca-se para operar dispositivos comunicacionais, e não necessariamente para compreender, criticar ou transformar realidades. Trata-se de um processo de tecnicização da linguagem, sinalizando que a palavra perde densidade enquanto mediação do pensamento.

O movimento da carga horária reforça a mudança de paradigma. Em 2003, 45h são destinadas ao componente; em 2017, ampliam-se para 75h; e em 2022 retorna-se a 45h (indicando oferta contínua, porém com foco distinto). A ampliação intermediária, e posterior redução, expressa o ciclo de valorização e esvaziamento do componente linguístico. Percebe-se que não se trata apenas de horas-aula, mas de tempo pedagógico dedicado à formação discursiva e crítica.

As expressões-chave mostram mudança significativa: de *fundamentos técnicos e científicos* (2003, 2017) para *capacidades* (2022). A categoria *fundamentos* indica aprofundamento teórico e construção simbólica; *capacidades* sugere treinamento, desempenho e operacionalidade. Essa transição revela, pela ótica vigotskiana, uma compressão do papel da

linguagem na constituição da consciência. Se a palavra é processo e movimento dialético de construção do sentido, como afirma Vigotski (2001), a formação centrada em “capacidades” tende a reduzir o sujeito à função e ao comportamento, e não ao pensamento e à crítica.

Em 2003, afirmava-se a necessidade de “comunicar-se com clareza e precisão, oralmente e por escrito”, destacando a linguagem como forma de elaborar, organizar e expressar ideias. Em 2017, inclui-se a dimensão inclusive em meio eletrônico, o que aponta integração tecnológica, sem perda do vínculo com a linguagem estruturante. Entretanto, em 2022, o foco recai sobre “comunicar-se por meios digitais com clientes internos e externos”, deslocando a linguagem da esfera do discurso para a esfera da operação comunicativa. A comunicação torna-se ferramenta mercadológica, ajustada a processos industriais e relação cliente-produtor. Marcuse (2015) já advertia que, na sociedade técnico-administrada, a linguagem tende a se tornar veículo de adaptação, e não de crítica: “[...] Surge assim um padrão de comportamento unidimensional, no qual as ideias, aspirações e objetivos que, por seu conteúdo, transcendem o universo estabelecido do discurso e da ação, são ou repelidos ou reduzidos aos termos do universo (Marcuse, 2015, p. 50).

Em 2003 e 2017, o estudante deveria “elaborar comunicados e relatórios técnicos”, evidenciando escrita como construção discursiva aplicada à prática industrial. Em 2022, o objetivo torna-se “elaborar textos em meios digitais”, sem especificar natureza discursiva, analítica ou crítica. O texto se reduz a formato e meio, não a conteúdo e elaboração conceitual. Aqui cabe novamente Vigotski (2001), que reflete sobre como o empobrecimento da palavra empobrece o pensamento, pois pensamento e linguagem formam unidade dialética. A escrita deixa de ser produção de significados para ser produção de mensagens, alinhando-se à produção técnica e comunicacional, o que mostra um movimento típico da subjetividade ajustada descrita por Marcuse (2015).

O quadro analisado evidencia perda progressiva da densidade epistêmica da linguagem na formação técnica: da palavra como pensamento (Vigotski), para a palavra como comportamento (competências socioemocionais), e finalmente para a palavra como protocolo comunicativo (capacidade digital). Trata-se de um deslocamento coerente com a análise marcuseana da sociedade administrada, em que a linguagem deixa de ser instrumento de emancipação e passa a servir à integração eficiente do sujeito ao sistema produtivo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas permitem concluir que o ensino da língua portuguesa nos cursos da área de mecânica do SENAI-SP passou por um processo de ressignificação que acompanha transformações maiores no campo da educação profissional e da sociedade contemporânea. A partir do corpus documental e das categorias construídas pela análise de conteúdo (Bardin, 2016), observou-se que a linguagem, inicialmente tratada como fundamento epistemológico e cognitivo da formação, foi gradualmente convertida em competência operacional e comunicativa. Esse deslocamento indica uma mudança no entendimento do papel da língua na constituição da subjetividade e na formação para o trabalho: de base estruturante do pensamento e da elaboração simbólica para função instrumental associada ao desempenho em ambientes digitais e ao fluxo comunicacional do mundo produtivo.

Essas transformações revelam tensões importantes entre formação técnica, cultura digital e desenvolvimento humano. À luz do pensamento de Vigotski (2001), ao reduzir a centralidade da palavra de unidade de consciência para generalização, essas mudanças podem de limitar a experiência educativa a práticas de adaptação, empobrecendo o pensamento e as possibilidades de construção do sentido. Com Marcuse (2015), compreende-se que o

deslocamento da linguagem para a esfera da utilidade e da funcionalidade pode contribuir para a formação de sujeitos ajustados à ordem técnica e econômica, reforçando modos de ser e agir alinhados à racionalidade instrumental. A introdução das capacidades socioemocionais, longe de representar uma ruptura com essa lógica, pode atuar como mecanismo de regulação comportamental, dissolvendo o conflito e restringindo a ação crítica em um ambiente produtivo cada vez mais exigente e veloz.

Nesse contexto, a educação profissional perde com a redução do ensino da língua portuguesa, entendida como dimensão fundamental da formação humana, reconhecendo sua potência emancipadora e não apenas sua funcionalidade comunicativa. Defender o espaço da língua portuguesa nesses cursos não significa negar a importância da tecnologia, mas garantir que ela seja mediada por processos reflexivos, culturais e éticos, e não naturalizada como substituta do pensamento. É a linguagem que permite a apropriação crítica e a ressignificação da ferramenta tecnológica. Em tempos de inteligência artificial e crescente delegação cognitiva aos dispositivos, formar sujeitos capazes de interpretar, argumentar e questionar torna-se tarefa urgente. Assim, reafirma-se a necessidade de práticas pedagógicas que valorizem a palavra como lugar de consciência e transformação, preservando a dimensão crítica e humanizadora do trabalho educativo.

5. REFERÊNCIAS

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 134, n. 248, p. 27833-27841, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 29 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.945, de 11 de abril de 2024. *Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a organização do ensino médio*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 abr. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14945.htm. Acesso em: 29 out. 2025.

MARCUSE, H. *O homem unidimensional*. Estudos da ideologia da sociedade industrial avançada. São Paulo: Edipro, 2015.

SENAI. *Plano de Curso de Técnico em Mecânica*. SENAI-SP, 2003.

SENAI. *Plano de Curso de Técnico em Mecânica*. SENAI-SP, 2017.

SENAI. *Plano de Curso de Técnico em Plástico*. SENAI-SP, 2022.

SENAI. Departamento Nacional. *Metodologia SENAI de educação profissional. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial*. Departamento Nacional. – Brasília: SENAI/DN, 2019.

VIGOTSKI, L. S. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.